

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Vol 3

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)


Atena
Editora
Ano 2022

Vol 3

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kápio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
 Ilvanete dos Santos de Souza
 Ismael Santos Lira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Ismael Santos Lira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-258-0712-6
 DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.126222511>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lira, Ismael Santos (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Temos alguns pilares que inspiram a organização deste livro: o reconhecimento da educação enquanto fenômeno social, as perspectivas que permeiam o processo educacional, harmonizando com o reconhecimento de tendências que forjam a educação como um campo de pesquisa multidisciplinar em contínua e necessária evolução.

Pensarmos a educação enquanto fenômeno social nos conduz a considerar como não triviais o contexto cultural e tudo que dele decorre: os hábitos compartilhados socialmente, os valores morais que identificam uma coletividade específica, as crenças que a mantém coesa. Durkheim (1985), já no início da constituição da Sociologia como disciplina acadêmica, chamava atenção para o fato social como aquilo que perpassa pelos modos de pensar, agir e sentir; que reverberam sobre os indivíduos, exercendo uma “força” sobre as adaptações as regras socialmente estabelecidas. A educação, por exemplo, é um fato social, pois durante todo esse processo os indivíduos vão se desenvolvendo enquanto sujeitos e preparando-se para a vida em sociedade.

Nesse novo século, temos como tendências (não apenas essas), para as práticas pedagógicas, o uso cada vez mais acentuado das tecnologias digitais da comunicação e informação, como a cultura maker, a gamificação e a realidade virtual, destaque para atividades escolares que busquem, de fato, o protagonismo dos estudantes como, por exemplo, a aprendizagem baseada em problemas. Essas tendências estão sendo implementadas, mesmo que timidamente, em algumas instituições de educação ao redor do mundo.

Nesse cenário, viu-se ainda com mais clareza a necessidade de rever o processo formativo dos professores a fim de atender as demandas curriculares e pedagógicas. Cabe aqui localizar o leitor quanto ao contexto social em que os estudos, aqui apresentados, foram gestados. Trata-se de um período pós-pandêmico em que ainda buscamos adaptações para uma nova realidade decorrente de um fenômeno que acentuou ainda mais as desigualdades sociais tais como o acesso à tecnologia e infraestrutura precária das escolas.

As reflexões tecidas nesta obra, intitulada: “**A Educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências**” trazem algumas discussões cujo foco problematiza a educação em diferentes contextos, inclusive o pandêmico, a Educação Matemática Inclusiva, a formação de professores, entre outros.

Dessa forma, convidamos os interessados nos diferentes fenômenos que compõem a educação enquanto prática social enriquecida pelos múltiplos contextos no qual se desenvolve, a refletir à luz desta obra, suas perspectivas e tendências. Esperamos ainda, que ao explorar esse volume, os estudos nele contido possam promover outras investigações e compartilhamentos sobre as

nuances que compõe a educação. Esperamos ter aguçado sua curiosidade sobre as temáticas aqui apresentadas. Portanto, vamos começar?

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Ismael Santos Lira

CAPÍTULO 1 1

JUVENTUDE E DEMOCRACIA: A RELEVÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PARTICIPAÇÃO ESCOLAR

Marina Barreto Pirani

Guilherme Eduardo Lucas Knappe

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225111>

CAPÍTULO 2 15

INTERAÇÕES LÚDICAS ENTRE BEBÊS E LIVROS INFANTIS: REFLEXÕES E DESAFIOS AOS(AS) PROFESSORES(AS)

Fernanda Gonçalves

Lidnei Ventura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225112>

CAPÍTULO 324

INTERGERACIONALIDADE: RELAÇÕES ENTRE CRIANÇAS E PESSOAS IDOSAS POR MEIO DE ATIVIDADES FÍSICAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Liliane Cristina Dias

Lucia Ceccato de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225113>

CAPÍTULO 437

LA NATURALEZA DE LA CIENCIA Y TECNOLOGÍA (NDCYT) EN LA MOVILIZACIÓN DE CONCEPCIONES DOCENTES: PROCESOS METACOGNITIVOS, TENSIONES E INCIDENCIAS TEMÁTICAS EN UN PROCESO DE FORMACIÓN CONTINUA DEL PROFESORADO DE QUÍMICA

Zenahir Siso-Pavón

Iván Sánchez-Soto

Luigi Cuéllar-Fernández

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225114>

CAPÍTULO 545

MOVIMENTAÇÃO OLÍMPICA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR E INOVADORA

Ana Rita de Almeida Neves

Antonio Jorge Sena dos Anjos

Kenya Costa Pinto dos Anjos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225115>

CAPÍTULO 652

NARRATIVAS DIGITAIS: UTILIZANDO METODOLOGIAS ATIVAS E APRENDIZAGEM CRIATIVA NO ENSINO DE PORTUGUÊS E LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO PARA O ENSINO TÉCNICO SUPERIOR

Tânia Regina Exposito Ferreira

Sirley Ambrosia Vitorio Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225116>

CAPÍTULO 764

LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INTERVENÇÕES, SENTIDOS E PRÁTICAS

Andrea Rodrigues Dalcin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225117>

CAPÍTULO 872

NEOLIBERALISMO INDUSTRIAL, BUROCRACIA E CORRUPÇÃO – QUE INFLUÊNCIAS PARA A QUALIDADE DE EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE?

Evildo França Francisco Celestino Semo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225118>

CAPÍTULO 983

O CURRÍCULO COMO UM DISPOSITIVO DE REGULAÇÃO A PARTIR DO TRABALHO DOCENTE

Grazielle Jenske

Luciana Fiamoncini Frainer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225119>

CAPÍTULO 10.....94

INTERDISCIPLINARIDADE: INSTRUMENTO PEDAGÓGICO VIABILIZADOR DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ACADÊMICA

Francisco Davi Nascimento Oliveira

Lucelia Keila Bitencourt Gomes

Renata Rezende Pinheiro Castro

João de Deus Carvalho Filho

Luciano do Nascimento Ferreira

Andreza Silva Gomes

Dayane Reis Barros de Araújo Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251110>

CAPÍTULO 11 102

O DESEJO DE APRENDER E O PROCESSO CRIATIVO-PENSANTE

Willian Machado Brasil

Cláudia Moscarelli Corral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251111>

CAPÍTULO 12.....121

O ENSINO DE FILOSOFIA NA REFORMA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARÁ

Brenda Leticia de Souza Silva

Luiz Miguel Galvão Queiroz

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251112>

CAPÍTULO 13..... 145

METODOLOGÍA DE CONSENSO DE LAS FUERZAS VIVAS DEL TERRITORIO PARA LA MEJORA DE LA EDUCACIÓN EN REPÚBLICA DOMINICANA

Raykenler Yzquierdo Herrera

Cristina Molina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251113>

CAPÍTULO 14..... 158

O PAPEL DA ESCOLA NA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Eliane Araujo Grippa

Adriele Soares

Maria Gabriela do Carmo Sobrosa

Claudiany Peçanha Silva

Carla Corrêa Pacheco Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251114>

CAPÍTULO 15..... 169

LAS COMPETENCIAS INFORMACIONALES DE LOS DOCENTES EN LOS MICROPROCESOS DE LA COMPRENSIÓN LECTORA EN LÍNEA

Silvia Verónica Valdivia Yábar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251115>

CAPÍTULO 16..... 182

O TRABALHO COM O SOROBAN NA INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES VISUAIS NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Silvânia Cordeiro de Oliveira

Eliane Sheid Gazire

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251116>

CAPÍTULO 17..... 194

O USO DO *INSTAGRAM* COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA: UM ESTUDO DE CASO DO PERFIL @BIBLIOCIENTIFICA

Maria do Socorro Corrêa da Cruz

Nathalia Regina Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251117>

CAPÍTULO 18..... 204

O USO DO WHATSAPP COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DA MATEMÁTICA

Vivianne Souza de Oliveira Nascimento

Ailton Gonçalves Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251118>

CAPÍTULO 19.....	216
MARIA MARTINS: APROXIMAÇÕES AO SURREALISMO	
Wellington Cesário	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251119	
CAPÍTULO 20	224
O ENSINO-APRENDIZAGEM ATRAVÉS DE ATIVIDADES PRÁTICAS: UMA EXPERIÊNCIA PARA O TEMA FAUNA NATIVA	
Debora Michelli Seibel	
Everton Herzer Rossoni	
Izabela Carolina de Souza-Franco	
Franciele Carla Soares	
Felipe Bejjamini	
Gilza Maria de Souza-Franco	
Alexandre Carvalho de Moura	
Izabel Aparecida Soares	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251120	
CAPÍTULO 21.....	233
O BRINCAR COMO INSTRUMENTO DA ENGENHAGEM NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR INFANTIL	
Silvania Moura da Silva	
Euclides Maurício Trindade Filho	
Antonio Alberto Monteiro de Souza	
Betijane Soares de Barros	
Izabelle Wanessa Campos Galindo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251121	
CAPÍTULO 22	245
MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA EM ENSINO APRENDIZAGEM	
Ingrid Aparecida Siqueira Crispim	
Celso Peixoto Cotta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251122	
SOBRE OS ORGANIZADORES	263
ÍNDICE REMISSIVO	265

O PAPEL DA ESCOLA NA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Data de aceite: 01/11/2022

Eliane Araujo Grippa

Centro Universitário Vale do Cricaré
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/3855139221970724>

Adriele Soares

Centro Universitário Vale do Cricaré
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/9281997301339723>

Maria Gabriela do Carmo Sobrosa

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/4124367303388585>

Claudiani Peçanha Silva

Centro Universitário Vale do Cricaré
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/4991963742412788>

Carla Corrêa Pacheco Gomes

Centro Universitário Vale do Cricaré
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/8080845021011800>

RESUMO: Trata-se de um artigo que busca apresentar o papel da escola na inclusão do aluno com deficiência, através de uma revisão de literatura. A educação inclusiva percorreu um longo caminho e passou por muitas lutas e fases para alcançar grandes

mudanças e evoluções na história da educação, começando pelo que chamamos de deficiência e agora condições especiais. A matrícula escolar de alunos com necessidades educacionais especiais é uma questão complexa na educação brasileira, um processo que deve evoluir ao longo das décadas. O aluno é um cidadão que tem direitos e deveres, cada um com suas habilidades específicas que devem ser respeitadas. A Declaração de Salamanca enfatiza que para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, elas precisam adotar um sistema flexível e adaptável que leve em conta as necessidades de cada um, a fim de contribuir para o sucesso educacional e inclusivo. O processo de inclusão deve abranger um todo, não negar a ninguém a prática do mesmo. Porque, quando falamos em inclusão, não devemos pensar apenas nos alunos com deficiência, mas no trabalho que todos estão envolvidos, o que significa que inclusão é pensar no todo. A escola deve estar equipada e preparada para receber e ensinar a todos, levando em consideração a capacidade diversificada dos alunos de interagir com suas atividades. Quando encaramos a diversidade como um princípio educativo de planejamento escolar, devemos compreender o trabalho

de grupos e indivíduos para considerar as necessidades de cada aluno e os diferentes níveis e estilos de planejamento. Por fim, os professores precisam ser informados sobre a evolução da legislação e da prática educativa no que diz respeito ao atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais, e exigem a implementação de políticas públicas sobre todos os aspectos do processo de inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação Inclusiva. Aluno com Deficiência. Educação.

THE ROLE OF THE SCHOOL IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

ABSTRACT: This is an article that seeks to present the role of the school in the inclusion of students with disabilities, through a literature review. Inclusive education has come a long way and gone through many struggles and phases to achieve major changes and evolutions in the history of education, starting with what we call disability and now special conditions. The school enrollment of students with special educational needs is a complex issue in Brazilian education, a process that should evolve over the decades. The student is a citizen who has rights and duties, each with their specific abilities that must be respected. The Salamanca Declaration emphasizes that for schools to be truly inclusive, they need to adopt a flexible and adaptable system that takes into account the needs of each one, in order to contribute to educational and inclusive success. The inclusion process must encompass a whole, not denying anyone the practice of it. Because, when we talk about inclusion, we shouldn't just think about students with disabilities, but about the work that everyone is involved in, which means that inclusion is thinking about the whole. The school must be equipped and prepared to receive and teach everyone, taking into account the diverse ability of students to interact with its activities. When we view diversity as an educational principle of school planning, we must understand the work of groups and individuals to consider the needs of each student and different levels and styles of planning. Finally, teachers need to be informed about the evolution of legislation and educational practice regarding the care of children with special educational needs, and demand the implementation of public policies on all aspects of the inclusion process.

KEYWORDS: Inclusion. Inclusive education. Student with Disabilities. Education.

1 | INTRODUÇÃO

A educação inclusiva percorreu um longo caminho e passou por muitas lutas e fases para alcançar grandes mudanças e evoluções na história da educação, começando pelo que chamamos de deficiência e agora condições especiais. A educação inclusiva nos permite refletir mais sobre o "outro" e refletir sobre os valores morais e éticos de cada época (MACHADO, 2021).

A educação inclusiva deve ser entendida na perspectiva de enfrentar as dificuldades de aprendizagem de todos os alunos do sistema educativo e como forma de garantir que os alunos com algum tipo de deficiência tenham os mesmos direitos que os demais alunos com plena participação na sociedade. Por isso, é necessário um esforço concertado de

toda a comunidade escolar – professores e funcionários da escola, alunos, pais, familiares e outros profissionais – para que este processo seja um sucesso (MELO; PEREIRA, 2013).

Nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990, a inclusão de alunos com deficiência nas escolas tem sido vivenciada diariamente nas escolas comuns de todo o país, embora muitas críticas possam ser feitas sobre a forma como a perspectiva da educação inclusiva foi concebida e operacionalizada no Brasil (BEZERRA, 2012).

Vale ressaltar que a ampliação do atendimento aos alunos com deficiência na rede pública de ensino e nas classes comuns ocorreu principalmente com o lançamento da Política Nacional Especial pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008. A educação na perspectiva da educação inclusiva. Essa política, pelo menos em teoria, aboliu a matrícula de alunos com deficiência em escolas especiais ou em turmas substitutas de escolas regulares, embora na prática nem sempre tenha sido assim (BRASIL, 2008).

Os alunos que sofrem de uma necessidade especial, muitas vezes, passam por múltiplos procedimentos clínicos, medicamentosos e psicológicos desde o nascimento até o surgimento de um ambiente escolar onde essa criança é envolvida no processo pedagógico e educacional, muitas vezes pela primeira vez. Assim, em uma classe com um número significativo de alunos ativos e chamados os alunos normais devem ser acomodados de forma dinâmica, estruturada e educativa com os alunos com necessidades especiais, mas nem sempre é assim, por diversos motivos, como despreparo técnico dos professores, falta de colaboração entre os alunos em sala de aula e falta de infraestrutura na escola, entre muitos outros percalços, que não nos permitem avançar muito (FERREIRA, 2018).

Pensar a educação no contexto atual é uma reflexão sobre os processos de inclusão de diversos grupos sociais nas instituições formadoras e o impacto dessa formação na construção de sua identidade. A análise dos processos de integração exige a reflexão sobre as políticas e práticas de integração nos diversos espaços educativos. A política de inclusão social é fruto das lutas oriundas dos movimentos sociais com foco nos excluídos e priorizando suas necessidades, buscando promover a cidadania como direito fundamental à vida (FERREIRA; VICENTI, 2017).

A intervenção governamental no contexto escolar é essencial na realidade brasileira. A oferta de equipes multidisciplinares completas precisa ser incentivada não só para desenvolver e promover novas habilidades pedagógicas para lidar com os diferentes contextos, mas também para promover a reabilitação dos alunos para a inclusão, pois muitos professores demonstram não ter conhecimento suficiente das técnicas e estratégias para garantir um ensino adequado aos alunos e podem atribuir o problema à falta de especialização (SANTOS et al., 2021).

Para Ferreira (2018), o espaço físico escolar também contribui para o bem-estar e movimentação segura desse aluno com necessidades educacionais especiais. Introduzir ferramentas e criar recursos para colocar esse aluno na escola também é um processo educativo, democrático e de respeito mútuo. Com a participação de todos, esse aluno

provavelmente alcançará ótimos resultados ao superar obstáculos e enxergar novos horizontes.

A matrícula escolar de alunos com necessidades educacionais especiais é uma questão complexa na educação brasileira, um processo que deve evoluir ao longo das décadas. O problema da dificuldade de inclusão desses alunos no sistema educacional brasileiro é complexo e pode ser visto através de diversos acontecimentos, circunstâncias e fatos históricos. Os alunos com necessidades educacionais especiais, físicas ou mentais nas escolas são crianças de diferentes faixas etárias, classes, níveis sociais e com deficiências e limitações muito diferentes. Com base nessa problemática, este estudo visa compreender melhor o assunto, com foco na integração de alunos com necessidades educacionais especiais (FERREIRA, 2018).

Postos os dados introdutórios, tem-se como objetivo do presente artigo apresentar o papel da escola na inclusão do aluno com deficiência através de uma revisão bibliográfica.

2 | DESENVOLVIMENTO

A sociedade atual busca novas formas de perceber e lidar com as deficiências em sua especificidade. Nesse sentido, as crianças com deficiência nas escolas comuns ganham mais espaço, acesso à educação com menos preconceitos sobre sua deficiência. A história mostra que as pessoas com deficiência nem sempre foram reconhecidas e que o processo de inclusão é uma trajetória de luta e conquista há séculos e ainda deve continuar à medida que a integração deve ser firmemente estabelecida na comunidade (FERREIRA; VICENTI, 2017).

Pois bem, são inúmeros os relatos de problemas com pessoas que tiveram algum tipo de deficiência física ou mental, e foi somente na era moderna, com as políticas em vigor, que começou a conquista dos direitos das pessoas com deficiência. Assim, ao longo da história, os países começaram a se interessar pela reabilitação de pessoas com deficiência, enquanto o Brasil não se interessou em prestar a essas pessoas nenhum tipo de atendimento especializado (FERREIRA; VICENTI, 2017).

Ao longo do tempo, tratando da educação das pessoas com deficiência em decorrência dos movimentos, no Brasil o início da educação especial se dá em 1854 e 1857, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos hoje: Instituto Benjamin Constant e o Instituto Imperial dos Surdos (SOUZA; ROMERO, 2014).

Em 1954, no Rio de Janeiro, foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, baseada em um trabalho educativo e de reabilitação. Era aqui que havia profissionais ligados à educação, além de profissionais da saúde (SOUZA; ROMERO, 2014).

No final da década de 1970 e início da década de 1980, as crianças com deficiência começaram a ser incluídas nas escolas regulares que frequentavam apenas em meio

período. Mesmo quando o caminho se abriu e depois se moveu para a inclusão, foram feitas tentativas para retardar a educação inclusiva (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Segundo os autores, no passado as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade por colocarem em risco o sistema social e educacional, pois seriam obstáculos que prejudicariam a aprendizagem dos demais alunos. Por muito tempo, a educação terminou em exclusão, gerando preconceito e discriminação (FERREIRA; VICENTI, 2017).

Segundo Miranda (2003), na década de 1980 o Brasil iniciou uma série de movimentos sociais em busca dos direitos das pessoas com deficiência, e essas conquistas foram importantes para fortalecer a inclusão social. Além disso, a vida social e educacional não permite que ninguém seja excluído da educação formal, do início ao fim da escola, o objetivo do novo paradigma é incluir todos aqueles que são excluídos do sistema formal de educação.

Em 1988, a Constituição Federal foi introduzida para trazer novas diretrizes para a educação especial, estabelecendo que a educação é direito de todos, dever do Estado e da família, e que todos devem ter acesso igualitário e permanente à educação, sem qualquer discriminação (BRASIL, 1998).

Em junho de 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, foi realizada em Salamanca, Espanha, com a participação de 88 governos e 25 organizações, incluindo o Brasil, reafirmando o compromisso com a Educação para todos (FERREIRA; VICENTI, 2017).

Essa declaração enfatiza a garantia de acesso às escolas comuns para crianças com deficiência e sua sustentabilidade, orientada para o aprendizado. Conseqüentemente, aqueles na declaração exigiam que os governos dessem a mais alta prioridade política e financeira para melhorar seus sistemas educacionais para que possam incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. E que adotem o princípio da educação inclusiva na forma de lei ou política, colocando todas as crianças em escolas regulares, a menos que haja fortes razões para não fazer o contrário, além de desenvolver projetos de demonstração e incentivar intercâmbios em países com experiência de aprendizagem inclusiva (BRASIL, 1994).

O aluno é um cidadão que tem direitos e deveres, cada um com suas habilidades específicas que devem ser respeitadas. A Declaração de Salamanca enfatiza que para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, elas precisam adotar um sistema flexível e adaptável que leve em conta as necessidades de cada um, a fim de contribuir para o sucesso educacional e inclusivo. Ao fazê-lo, sublinhou a necessidade de uma abordagem centrada na criança com o objetivo de garantir uma aprendizagem bem-sucedida para todas as crianças (BRASIL, 1994).

Dois anos depois foi sancionada no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, que define o direito de acesso das pessoas com deficiência ao ensino regular, conforme definido no art. 58, deve ser ofertado preferencialmente em

rede regular de ensino, para alunos com deficiência, desenvolvimento global prejudicado e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996). A assinatura da lei obrigou o país a se mobilizar para a melhoria do sistema educacional em busca de uma educação de qualidade.

Em 2007, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - MEC 2008, documento que integra as características históricas e normativas da educação especial, visando:

“Mudanças essas que vão desde a ampliação arquitetônica, atitudinal e conceitual para as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos contextos escolares, até a implantação de políticas públicas que visam à construção de práticas que permitam a efetiva participação desses alunos nos processos de ensino e de aprendizagem.” (DECHICHI, 2011, p.7).

Essa ação deve garantir os direitos de todos na sociedade, reconhecendo suas potencialidades, diferenças e direitos. Segundo Mantoan (2006 apud STRIEDER, 2013), o ato de inclusão vai muito além de simplesmente colocar a diferença nas escolas normais, significa torná-la parte do processo de aprendizagem, pois é aprendida em diferentes formas de aprender.

O processo de inclusão deve abranger um todo, não negar a ninguém a prática do mesmo. Porque, quando falamos em inclusão, não devemos pensar apenas nos alunos com deficiência, mas no trabalho que todos estão envolvidos, o que significa que inclusão é pensar no todo.

Carvalho (2008), relata que quando falamos em educação inclusiva, o pressuposto que imediatamente vem à mente é que os professores são a base para o sucesso ou fracasso dos alunos com deficiência. Sabemos que a construção de uma escola inclusiva requer a participação de todos na escola, gestores, professores, funcionários, alunos e famílias, trabalhando em conjunto e todos os envolvidos no processo educacional (FERREIRA; VICENTI, 2017).

A educação inclusiva hoje é uma realidade que se implementa gradativamente internacional e nacionalmente, e beneficia a todos na sociedade, por isso a inclusão é um processo em que todos devem estar cientes de sua participação, principalmente as equipes de educação escolar. As escolas devem ser capazes de refletir seus programas, práticas e espaços para melhorar o ensino oferecido para o desenvolvimento holístico e engajamento dos alunos. A inclusão permite que os stakeholders reexaminem suas práticas de ensino e as transformem para que compreendam e respeitem as diferenças dos alunos (STRIEDER et al., 2013).

No Brasil, houve grande avanço, por meio da Portaria Nacional de Educação e da Lei de Bases (LDB) de 1996 (Lei 9.394/96), a educação especial passou a ser encarada como uma forma de educação escolar que deve ser ofertada aos alunos com necessidades

especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. De acordo com a LDB/1996, em seu artigo 3º, recomenda que seja composto por professores de nível médio ou superior com especialização suficiente para prestar atendimento especializado, e educação formal treinada para integrar esses alunos às salas de aula públicas, além da estrutura que é necessária para executar bem o trabalho (BRASIL, 1996).

Atualmente, de acordo com Carneiro (2007), a educação especial deve garantir o acesso à escola para todos os alunos com deficiência, removendo os obstáculos que os impedem de frequentar a escola e garantindo seu progresso na aprendizagem no ambiente escolar. Segundo o autor, dessa forma a educação especial passa a ser entendida como uma modalidade que permeia como complemento ou complemento a todas as etapas e níveis de ensino.

Nesse sentido, “olhar para essas condições é absolutamente necessário se quisermos ampliar a participação das pessoas com deficiência em um mundo em que diferentes esferas de convivência simbólica estão interligadas e interdependentes” (PADILHA, 2005, p. 115).

“[...] antes de mais nada, definir-se quanto a sua concepção de sujeito, de mundo, também sobre sociedade, sobre deficiência e eficiência, desenvolvimento e aprendizagem para poder compreender mais e melhor sobre suas características e peculiaridades” (Padilha, 2005, p. 108).

A prática da inclusão social hoje se baseia em princípios diferentes dos convencionais: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência na diversidade humana, aprendizagem pela cooperação. É visível que a educação inclusiva é uma postura necessária no contexto educacional, e que sua prática é fundamental e que precisa ser contínua, e que não há possibilidade de retrocesso (FERREIRA; VICENTI, 2017).

Na concepção de Díaz e colaboradores (2009), muito tem sido levado em consideração e discutido sobre as diferentes formas de organização escolar e social para acolher a diversidade humana, mas não é uma tarefa simples, pois requer mais do que ser incluído na escola. Ao apresentar múltiplas visões sobre as práticas com diferentes grupos e com evidentes vinculações a diferentes experiências no espaço escolar, refletindo sobre as diferenças dessas práticas e discutindo a perspectiva de desenvolvimento pessoal que a educação inclusiva implica, todo o compromisso que a prática real implica em realizá-la. Esta discussão abrange algumas dimensões que interferem no processo de integração no contexto atual e que podem favorecer o sucesso da integração escolar. Mesmo com os avanços e os sistemas educacionais formulando políticas claras e decisivas no que diz respeito à integração, buscando aprimorar os recursos da Educação Especial e da Educação em geral, qualificar as escolas com infraestrutura, equipamentos e materiais, e recursos didáticos e pedagógicos necessários ao desenvolvimento das atividades da escola, ainda tem que superar uma série de problemas no processo de inclusão de alunos

com deficiência no ensino regular nas escolas públicas.

Díaz e colaboradores (2009), relatam que a educação inclusiva é um problema mundial que mobiliza organizações internacionais e nacionais para garantir que a escola, a instituição educacional, seja capaz de receber e promover uma educação de qualidade entre todos os que nela se matriculam. Nesse sentido, requer levar em conta as dificuldades individuais de cada aluno sem discriminá-los, entre outros, de acordo com características como: idade, sexo, etnia, idioma, deficiência, classe social.

Segundo o autor, a integração no Brasil avança lentamente e, nesse sentido, para avançar é preciso contar com o comprometimento das instituições de ensino. A escola como principal fator de transformação da educação, e é aí que continuará a busca pela garantia da educação como direito universal de todos, devendo estar aberta a aceitar e propor mudanças em sua organização. Assim, embora esta não seja a única, o primeiro passo para uma escola inclusiva é garantir que todas as crianças e adolescentes dessa faixa etária residentes na região estejam efetivamente matriculados nela (MEC/SEESP, 2004).

A escola deve estar equipada e preparada para receber e ensinar a todos, levando em consideração a capacidade diversificada dos alunos de interagir com suas atividades. No entanto, não basta uma escola estar estruturada fisicamente para obter resultados positivos, é preciso contar efetivamente com o apoio de colaboradores de todo o segmento da escola, desde o porteiro que primeiro admite os alunos até o gerente responsável pelo bom funcionamento da instituição. Deve também assegurar a participação de familiares (alunos) e membros da comunidade em que o aluno está inserido, procurando assim validar uma educação não excluída.

Um dos aspectos positivos do processo de integração é confirmado pelos dados do IBGE - os dados do Censo Escolar mostram um aumento significativo em relação à matrícula de alunos com deficiência no ensino fundamental regular. As estatísticas mostram que, em 2014, 698.768 alunos especiais se matricularam nas turmas ordinárias. Em 1998, cerca de 200.000 pessoas matriculadas no ensino fundamental. pessoas, nas classes comuns apenas 13%. Em 2014, foram quase 900 mil matrículas, 79% das quais em classes regulares Alfabetização em Leitura, Escrita, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação. Esses dados mostram a mudança na inclusão de alunos no ensino regular que antes era proporcionada pela ODEH (1998), os dados mostram um aumento no processo de inclusão no ensino regular de 1998 até os dias atuais (PORTAL BRASIL, 2015).

Segundo Beyer (2006), uma escola inclusiva enfrenta o desafio de construir e implementar no ambiente escolar uma pedagogia adequada a todos os alunos, capaz de atendê-los em suas situações pessoais e cujas características de aprendizagem exigem uma pedagogia diversificada. Tudo isso deve acontecer sem limites, preconceitos ou atitudes que carreguem um estigma indesejável. Ao contrário, desencadeia uma crescente conscientização dos direitos de cada um deles na comunidade escolar. Desta forma, a

integração visa garantir direitos iguais a todos os que procuram a educação.

Segundo Serra (2008), é nessa declaração que se configura o movimento de integração de alunos com necessidades especiais, desencadeando importantes discussões em todo o mundo. Além disso, propõe que governos e organizações sigam o espírito de suas propostas e recomendações, e que assim cada criança tenha a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de aprendizagem. Onde os sistemas educacionais são implementados com diversidade suficiente para que toda criança ou jovem tenha acesso à escola regular.

Outro aspecto importante da pesquisa é a necessidade de adequação dos currículos, levando em consideração as mudanças impostas pela sociedade no processo de integração, destacou o papel fundamental da escola e dos especialistas e a adequação dos currículos que atendam toda a diversidade escolar. Portanto, um currículo aberto e flexível é condição básica para responder à diversidade, pois permite tomar decisões informadas e adaptadas às diferentes realidades sociais, culturais e individuais (BLANCO, 2004).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observamos em nossa pesquisa, isso nos leva a concluir que o processo de inclusão nas escolas é irregular e, de fato, muitas vezes causa angústia para alunos e professores com necessidades educacionais especiais, mostrando que esses alunos não estão envolvidos no processo de educação formal.

Pesquisas mostram que esse processo ainda requer muita reflexão e valorização, pois as leis de inclusão evoluíram desde a introdução da Lei de Inclusão, com um aumento de 90% no número de alunos com deficiência no ensino regular na última década, mas a inclusão dos alunos no ensino regular não tem garantia de ser verdadeiramente integrada ao processo de ensino-aprendizagem. Ao longo do caminho, percebemos que principalmente os professores ainda enfrentam desafios, assim como outros aspectos relacionados ao ensino e estrutura física para incluir alunos com deficiência, onde precisam aumentar a efetividade da própria inclusão.

Embora o discurso oficial regule esse processo, cada ato normativo reflete a dimensão da implementação, atingindo as diferentes etapas e modos de ensino em que se apresentam dentro da escola. No entanto, apesar de ter a educação básica como denominador comum, muitas vezes há uma falta de coordenação entre eles, dificultando o seu cumprimento.

Para que o processo de inclusão seja efetivo, um compromisso com a inclusão deve ser assumido por todos os envolvidos na educação, e os professores precisam realmente estar atentos ao processo de inclusão e trabalhar com alunos com deficiência sem preconceitos para garantir seus direitos estudantis. A falta de comprometimento das políticas públicas certamente aumenta a probabilidade de as crianças abandonarem a

escola ou simplesmente serem apenas incluídas no ensino regular.

Quando encaramos a diversidade como um princípio educativo de planejamento escolar, devemos compreender o trabalho de grupos e indivíduos para considerar as necessidades de cada aluno e os diferentes níveis e estilos de planejamento. Embora a diversidade seja considerada, algumas das necessidades dos alunos muitas vezes não são atendidas, exigindo que os professores ajustem individualmente o currículo. Por fim, podemos dizer que a adaptação curricular é importante no processo de integração de alunos com deficiência, pois atende às possibilidades e necessidades de cada indivíduo para tornar seu aprendizado mais interessante e eficiente.

Por fim, os professores precisam ser informados sobre a evolução da legislação e da prática educativa no que diz respeito ao atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais, e exigem a implementação de políticas públicas sobre todos os aspectos do processo de inclusão. Em relação ao apoio destacado pelos professores, podemos apontar a falta de apoio profissional e materiais didáticos adequados para cada deficiência. Esses aspectos acima precisam ser superados por meio de uma abordagem conjunta entre profissionais e políticas públicas comprometidas com um processo de integração bem-sucedido.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, G. F. **Enquanto não brotam as flores vivas**: crítica à pedagogia da inclusão. 2012. 270f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão: revista da educação especial**, v. 4, n. 1, p. 7-17, 2008.
- _____. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas nas áreas das necessidades educativas especiais**. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2022.
- BLANCO, R. **A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo**. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. (Org.) Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2.ed.Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CARNEIRO, M. A. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- DECHICHI, C. **Educação especial e inclusão educacional: formação profissional e experiências em diferentes contextos**. DECHICHI, Cláudia; SILVA, Lázara Cristina da; FERREIRA, Juliane Madureira (Org.). Uberlândia: EDUFU, 2011.

DÍAZ, Fé.; BORDAS, M.; GALVÃO, N.; MIRANDA T.; organizadores; autores, Elias Souza dos Santos... [et al.]. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**, - Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/acessibilidade/files/2009/07/Educao-Inclusiva.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2022.

FERREIRA, M. M. S. **Inclusão escolar do aluno do com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino fundamental**. 2018. 40f. Monografia (Pós-Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) - Polo UAB do Município de Mata de São João, Mata de São João, 2018.

MACHADO, C. D. S. Inclusão escolar do aluno com deficiência física. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, V. 19, p. 84-97, 2020.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva**. In: GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. (Orgs). **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MELO, F. R. L. V; PEREIRA, A. P. M. Inclusão escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v. 19, n.1, p. 93-106, 2013.

MIRANDA, A. A. B. **Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A prática Pedagógica do Professor de alunos com Deficiência Mental**, Unimep, 2003. Disponível em: http://histedbr.fae.unicamp.br/revista/rev15/art1_15.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2022.

PORTAL BRASIL. **Dados do Censo Escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência**. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/>, acesso em: 20 de ago. 2022.

SANTOS, C. F. N. Problemas e estratégias do processo de inclusão de alunos com deficiência no Brasil: uma revisão integrativa. **SciELO Preprints**, s/v, s/n, s/p, 2021.

SERRA, D. **Inclusão e ambiente escolar**. In. Mônica Pereira Santos; Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, S. B.; ROMERO, R. A. S. **Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual**. Disponível em: http://www.pucpr.breventoseducereeducere2008anaispdf447_408.pdf. Acesso em: 14 de ago. de 2022.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STRIEDER, R.; MENDES, R.; ZIMMERMANN, R. L. G. **Nas dobras e endobras da educação inclusiva: da igualdade para convivência com os diferentes**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2013.

A

Aluno com deficiência 158, 159, 161, 168

Aprendizagem 26, 27, 32, 33, 45, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 186, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 206, 207, 209, 210, 213, 214, 215, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 260, 262, 264

Aprendizagem criativa 52, 53, 54, 55, 59, 60, 63

Aprendizagem significativa 32, 45, 49, 51, 198

Arte Brasileira 216

Atividades físicas 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 36

B

Bebês 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22

Bibliocientífica 194, 195

Braille 182, 183, 184, 185, 188, 190, 193

Brincar 21, 29, 35, 65, 68, 102, 114, 115, 233, 234, 235, 236, 240, 241, 242, 243, 244

C

Cidadania 6, 9, 11, 12, 13, 45, 46, 47, 105, 118, 138, 160, 186, 254

Cohesión social 145, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156

Competencias informacionales 169, 170, 172, 180

Comprensión lectura 169

Comunicação 11, 26, 33, 52, 54, 56, 62, 69, 134, 184, 195, 196, 197, 199, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 215, 230, 241, 249, 250, 253, 260, 261

Concepciones 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Confronto pedagógico 245

Criatividade 53, 55, 56, 60, 103, 106, 114, 115, 116, 117, 139, 196, 203, 234, 235, 241, 242, 243

Currículo 62, 79, 83, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 138, 140, 141, 166, 167, 245, 248, 252, 253, 260

D

Democracia 1, 2, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 135

Desenvolvimento infantil 233, 234, 237, 243

Didática 67, 95, 115, 143, 203, 215, 232, 247, 248

Dispositivos de poder 83

Docência do ensino superior 95

Docentes 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 62, 92, 93, 124, 138, 140, 146, 153, 155, 169, 170, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 190, 198, 205, 206, 248, 250, 254, 256, 258, 259

E

Educação 1, 2, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 48, 50, 51, 54, 55, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 108, 109, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 141, 143, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 214, 215, 224, 230, 232, 233, 235, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 260, 261, 262, 263, 264

Educação inclusiva 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 182, 183, 184, 186, 191, 192, 193, 244

Educação infantil 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 233, 235, 241, 242, 243, 244

Educación virtual 145, 146, 151

Ensino 13, 14, 19, 24, 32, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 106, 110, 111, 113, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 260, 262, 263, 264

Ensino de Biologia 225, 231

Ensino de Filosofia 121, 122, 126, 127, 130, 138, 142, 143

Ensino de Matemática 192, 204, 263

Ensino médio 14, 45, 46, 48, 50, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 203, 215, 224, 225, 226, 229, 232, 238

Estratégia pedagógica 194, 198, 199

Estrategias búsqueda 169

F

Ferramenta pedagógica 194, 199, 202, 203

Formação 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 19, 46, 48, 50, 52, 55, 64, 65, 67, 68, 78, 80, 91, 97, 99, 100, 106, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 160, 167, 183, 184, 189, 190, 191, 205, 215, 231, 237, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 251, 253, 254, 260, 261, 262, 263, 264

Formación continua 37

Foucault 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93

G

Gestão democrática 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

H

História da educação 122, 158, 159

I

Inclusão 11, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 244

Industrialização 72, 74

Instagram 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Interdisciplinaridade 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 128

Intergeracionalidade 24, 32

J

Juventude 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 124, 127

L

Letramento sensorial 15

Livros infantis 15, 22

M

Mamíferos 225

Maria Martins 216, 217, 218, 219, 222, 223

Matemática 79, 124, 127, 130, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 263, 264

Mediação 47, 133, 167, 182, 190, 191, 193, 202, 203, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 254, 255, 258, 259, 260, 261, 262

Metodologias ativas 52, 53, 55, 63, 94, 96, 215

N

Narrativas 15, 40, 52, 53, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 65, 198, 263

Naturaleza de la ciencia y tecnología 37, 39

Neoliberalismo 12, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 132

P

Papel do Estado 72

Participação escolar 1

Pegadas 224, 225, 227, 228, 229, 230

Pessoas idosas 24, 27, 33, 34, 35

Prática docente 55, 95, 102, 103, 109, 110, 111, 115, 116, 117, 140, 182, 224, 229, 246

Prática pedagógica 45, 46, 198, 214

Q

Qualidade de vida 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36

R

Rede social 194, 197, 198, 199

Reflexão 2, 3, 9, 11, 17, 18, 32, 35, 49, 60, 68, 69, 70, 72, 74, 98, 103, 109, 110, 111, 117, 120, 124, 125, 127, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 160, 166, 191, 230, 231, 241, 244, 246, 247, 256, 257, 258, 261

Reforma curricular 121, 122, 127

Reino animal 225, 226, 232

S

Scratch 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 63

Sistema de educação de qualidade 72, 74, 77

Soroban 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 192

Surrealismo 216, 217, 220, 221, 222, 223

T

TIC 170, 175, 180, 204

Trabalho docente 83, 85, 89, 92, 120, 141

W

WhatsApp 204, 205, 206, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2022

Vol 3

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2022

Vol 3